

FOLHA DE S.PAULO



Painei S.A. (/colunas/painelsa/)

joana.cunha@grupofolha.com.br (mailto:joana.cunha@grupofolha.com.br)



Comércio leva propostas para reforma tributária ao Congresso

Setor também apresentará anteprojetos, que precisam de menos votos do que PEC, caso reforma não seja aprovada

26.set.2019 às 2h30

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/26/>)

Mariana Grazini

SÃO PAULO A FecomércioSP se reúne com o senador Eduardo Gomes (MDB-TO) nesta quinta (26) para levar 11 emendas às propostas da reforma tributária (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/09/relator-da-reforma-tributaria-no-senado-pede-ao-bc-dados-sobre-movimentacoes-financeiras.shtml>). O setor quer a desoneração de impostos sobre energia e mais clareza na geração de crédito tributário, diz o vice-presidente da entidade, Márcio da Costa.

Prevendo dificuldade na reforma, ele vai levar 11 anteprojetos ressuscitados que precisam de menos votos do que uma PEC.

Uma das ideias da federação é exigir que o fisco apresente justificativa para fazer auditorias e que haja mais transparência nos critérios para retenção na malha fina antes da declaração do imposto de renda.

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

Leia a coluna na íntegra aqui. (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/09/plano-de-extinguir-concessao-de-viracopos-ganha-forca-no-governo.shtml>)

Paineis S.A.

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV-SP. Foi repórter de Mercado e correspondente da Folha em Nova York.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui \(https://login.folha.com.br/newsletter\)](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store \(https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711\)](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/09/comercio-leva-propostas-para-reforma-tributaria-ao-congresso.shtml>

FOLHA DE S.PAULO



GOVERNO BOLSONARO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/ESPECIAL/2018/GOVERNO-BOLSONARO](https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/governo-bolsonaro))

Economia começou a reagir, mas há desafio das contas públicas, diz Guedes

Ministro participa de audiência pública na comissão mista de Orçamento; Maia defendeu as ideias de Guedes

25.set.2019 às 16h37

Atualizado: 25.set.2019 às 18h12

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/26/>)

Thiago Resende

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia)

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/paulo-guedes-diz-que-proposta-de-reforma-tributaria-deve-ser-apresentada-na-proxima-semana.shtml>)

disse nesta quarta-feira (25) que a economia já deu início a um processo de recuperação, mas o país ainda tem que enfrentar o problema das despesas públicas, reforçando a necessidade de se manter a limitação aos gastos federais.

Em audiência pública na CMO (comissão mista de Orçamento) no Congresso

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/congresso-derruba-18-vetos-de-bolsonaro-a-lei-de-abuso-de-autoridade.shtml>), ele voltou a defender o plano de sua equipe para reduzir as

despesas obrigatórias: desobrigar, desvincular e desindexar o Orçamento

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/proposta-de-desindexacao-do-orcamento-pouparia-r-37-bi.shtml>).

“A economia já está se movendo. Isso leva um tempo, mas ela já começou a se mover. Os resultados já estão vindo acima do esperado nas receitas, nos impostos. Agora, continuamos com o desafio do dinheiro carimbado. E esse

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

dinheiro carimbado esvaziou as atribuições da classe política”, afirmou o ministro a parlamentar.



O ministro da Economia, Paulo Guedes, no auditório do edifício do Ministério da Economia no Rio de Janeiro - Claudia Martini - 08.set.2019/Folhapress

Num gesto de apoio, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também foi à comissão e discursou contra a indexação do Orçamento e a elevação dos gastos obrigatórios.

“Conte com esse presidente da Câmara que tem muitas convergências com as suas ideias”, disse Maia a Guedes, após agradecer a participação do ministro na audiência.

Como já informou a **Folha**, o governo estima que pode obter R\$ 37 bilhões (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/proposta-de-desindexacao-do-orcamento-pouparia-r-37-bi.shtml>) com a retirada do aumento pela inflação de diferentes despesas obrigatórias. A proposta que reforma o Orçamento pode alterar o mínimo destinado para

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

saúde e educação, impedir o reajuste automático anual para servidores e ainda extinguir fundos públicos.

Uma desindexação que chegou a ser cogitada, e foi noticiada nos últimos dias, viria da retirada da Constituição da obrigação do reajuste do salário mínimo. Mas a ideia foi abandonada diante de críticas no Congresso e do presidente Jair Bolsonaro.

“Nós, juntos, temos que avaliar quais dessas despesas que estão carimbadas merecem seguir indexadas. Por exemplo, o salário mínimo. O presidente já falou: 'Esse tem que seguir indexado'. Ok. Educação básica? Essa vamos seguir com isso também. De repente, saúde preventiva? Sim. A outra? Vamos conversar a respeito. O Congresso tem que assumir o controle orçamentário da República”, afirmou Guedes.

O ministro planeja acabar com 100 dos 280 fundos federais e, assim, elevar os recursos discricionários, que não tem destinação definida. Assim, haveria, segundo ele, mais dinheiro para investimento e despesas de custeio da máquina pública, que sofrem cortes nos últimos anos.

Esses fundos têm dinheiro com uso específico e, por isso, geralmente não são utilizados integralmente. Segundo Guedes, no ano passado, R\$ 26 bilhões ficaram “empoçados”.

Apesar das dificuldades nas contas públicas, o ministro é contra a flexibilização do teto de gastos. Para ele, descumprir o controle das despesas públicas foi a razão para o país ter caído nos últimos 40 anos num período de hiperinflação, recessão e forte elevação de juros.

Por isso, a solução pensada pelo Ministério da Economia é “quebrar o piso”. Ou seja, reduzir as despesas obrigatórias.

A previsão é que, em 2020, as despesas obrigatórias fiquem em torno de 94% do total do Orçamento.

Com isso, poderá haver paralisia da máquina pública em 2020, já no primeiro Orçamento elaborado pela gestão Jair Bolsonaro.

O cenário de aperto só não é pior porque a equipe de Guedes procura medidas que podem trazer impacto fiscal positivo, mas que ainda precisam ser aprovadas pelo Congresso.

“Assumir esse desafio de controlar os orçamentos públicos é o grande desafio que pode levar esse congresso para a história”, disse Guedes.

Isso deve ser tratado na proposta do pacto federativo, conjunto de medidas que prevê mais recursos para estados e municípios.

A ideia do governo é apresentar o pacto logo após o Senado concluir a votação da reforma da Previdência, o que está previsto para ocorrer na primeira quinzena de outubro.

Guedes voltou a declarar (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/apos-veto-de-bolsonaro-guedes-volta-a-defender-imposto-sobre-pagamentos.shtml>) também que a proposta do governo para a reestruturação do sistema tributário deve ser apresentada ao Congresso na próxima semana.

“Nós, apesar de termos tido um acidente de percurso na Receita Federal, a verdade é que nossa proposta está praticamente pronta”, se referindo à demissão do ex-secretário da Receita (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/marcos-cintra-defensor-da-cpmf-deixa-comando-da-receita-federal.shtml>) Marcos Cintra, que caiu após defender a criação de um imposto nos moldes da antiga CPMF (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/renda-anual-ate-r-5000-pode-ficar-sem-cpmf.shtml>).

À comissão, o ministro apresentou a ideia de criar um Conselho Fiscal da República, que seria formado, por exemplo, pelos presidentes da República, da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

Ele citou que muitos estados, diante das dificuldades fiscais, recorrem ao Supremo que acaba julgando processos a favor desses entes, mas causando um rombo à União. Por isso, Guedes quer que os presidentes de todos os Poderes se reúnam a cada três meses para discutir a situação das contas do país.

Após cerca de 2 horas e 30 minutos, a sessão foi encerrada por causa de uma

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

questionou os investimentos realizados pelo ministro, antes de assumir o cargo, no setor de educação.

Sobre o fim da audiência antes do previsto, Guedes disse que há uma minoria que atrapalha o Congresso e que quer falar sozinha.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui \(https://login.folha.com.br/newsletter\)](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store \(https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711\)](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/economia-comecou-a-reagir-mas-ha-desafio-das-contas-publicas-diz-guedes.shtml>

FOLHA DE S.PAULO



Painel S.A. (/colunas/painelsa/)

joana.cunha@grupofolha.com.br (mailto:joana.cunha@grupofolha.com.br)



Diretor da ANP deixa audiência pública e deputados se queixam

Possibilidade de postos comprarem combustível de refinarias e usinas foi discutida em evento

26.set.2019 às 2h30

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/26/>)

Filipe Oliveira

SÃO PAULO O diretor-geral da ANP, Décio

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/07/consumidor-levara-tempo-para-sentir-choque-de-energia-diz-diretor-da-anp.shtml>) Odone (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/07/consumidor-levara-tempo-para-sentir-choque-de-energia-diz-diretor-da-anp.shtml>), saiu antecipadamente de uma audiência pública nesta terça (24) sobre a possibilidade de postos de gasolina

comprarem combustível direto de refinarias ou de usinas. A pressa aborreceu os parlamentares, segundo Laercio Oliveira (PP-SE).

O deputado diz que a audiência foi convocada pela comissão de Minas e Energia a pedido do setor de combustíveis, que teme concentração de mercado nas maiores distribuidoras caso a ANP publique resolução nesse sentido. Promete convidar Odone de novo. Diz que, se a medida for tomada sem debate, será barrada com decreto legislativo.

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

A ANP diz que Oddone explicou ao presidente da Comissão que precisava sair e ficou mais algum tempo para atender os deputados. Diz também que não concluiu o debate sobre a venda direta.

Leia a coluna na íntegra [aqui](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/09/plano-de-extinguir-concessao-de-viracopos-ganha-forca-no-governo.shtml). (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/09/plano-de-extinguir-concessao-de-viracopos-ganha-forca-no-governo.shtml>)

Painei S.A.

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV-SP. Foi repórter de Mercado e correspondente da Folha em Nova York.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/09/diretor-da-anp-deixa-audiencia-publica-e-deputados-se-queixam.shtml>

Veículo: O Globo	Online
Data: 26/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Reforma tributária: Guedes quer comissão mista

Objetivo é que deputados e senadores discutam o tema em conjunto, a fim de elaborar um texto com os melhores pontos das propostas atualmente em tramitação nas duas Casas do Congresso



Audiência. O ministro da Economia, Paulo Guedes, fala na Comissão Mista de Orçamento, acompanhado do secretário-adjunto Esteves Colnago

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ontem a instalação de uma comissão mista no Congresso, reunindo deputados e senadores, para discutir a reforma tributária. A ideia, no entanto, ainda é alvo de divergências entre parlamentares. A principal crítica é a de que a criação do colegiado pode atrasar a aprovação da medida.

— Apesar do acidente de percurso na Receita Federal, a verdade é que a nossa reforma tributária está praticamente pronta, e de preferência trabalhando em uma comissão mista. Vamos muito brevemente entrar na comissão mista com a reforma tributária — disse o ministro, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), referindo-se à demissão de Marcos Cintra do comando do Fisco.

Hoje, duas propostas de emenda à Constituição (PEC) sobre o assunto tramitam no Congresso: uma na Câmara, outra no Senado. O governo quer enviar um terceiro projeto, mas pretende fazer sugestões às duas Casas ao mesmo tempo. Para isso seria criada essa

comissão, com o objetivo de construir um texto que aproveitasse o melhor dos dois já em tramitação.

O problema é que não há uma previsão legal para isso e, na prática, o colegiado não teria poder de decidir. Pelo regimento do Congresso, uma PEC pode começar a tramitar pelo Senado ou pela Câmara. Aprovada em uma das Casas, é revisada pela outra.

Na avaliação do presidente da Comissão Especial que analisa o texto na Câmara, Hildo Rocha (MDB-MA), um grupo misto poderia atrasar a tramitação das propostas. A demora na aprovação poderá fazer com que os efeitos da reforma só entrassem em vigor em 2021 devido ao princípio da anterioridade, que prevê que um imposto só passe a valer no ano seguinte à sua criação.

Segundo Rocha, a única situação em que deputados e senadores se unem para mudara Constituição é em uma Assembleia Constituinte.

— Comissão mista para analisar PEC só tem uma forma: Constituinte. Só que isso não é necessário no momento. O correto é fazer uma reunião entre os dois presidentes, chama os dois relatores, em um grupo informal — disse o parlamentar, que critica a demora do governo em enviar seu projeto. —Grandes reformas precisam ser feitas no primeiro ano de mandato. Se não agir rápido, vamos perder mais quatro anos.

RELATOR VÊ ‘GESTO POLÍTICO’

O relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PPPB), considera a ideia ainda incipiente. Ao contrário de Rocha, porém, ele não vê problema na criação do grupo, que considera um gesto político. O governo vem tentando encontrar a melhor saída para enviar sua proposta sem roubar o protagonismo do Congresso.

—A gente (parlamentares) conversou, mas ainda não tem nada consistente. De minha parte, não vejo problema. É muito mais um gesto político para a convergência do que uma parte operacional. Trata lá, trata cá, e no final vai fechar em um texto negociado com todo mundo. Está faltando o governo, que não mandou ainda a proposta, mas a gente está avançando — disse Ribeiro.

A ideia de unir os dois projetos tem mais força no Senado. As linhas gerais da proposta foram apresentadas na semana passada pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator do texto em tramitação na Casa. Hoje, atarefa está nas mãos do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEMAP). De sua parte, o plano está definido: o colegiado seria presidido por um deputado e teria um senador como relator. Segundo Alcolumbre, o desenho será definido em uma reunião entre ele, Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Para Simone Tebet (MDBMS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, onde a proposta de reforma tributária está sendo analisada, a solução pode agilizar os trabalhos, já que a obtenção de um consenso poderia promover acordos entre líderes a fim de quebrar prazos regimentais.

—Desde que ele não passe de 30 dias, não vejo como atrapalharia. Isso faz com que a gente ganhe tempo — disse a senadora.

DE CAMELOS E CAVALOS

Embora tenha mais peso entre senadores, a ideia também enfrenta resistência na Casa. Líder do PSL, o partido do presidente Jair Bolsonaro, Major Olímpio (SP) teme que a comissão mista trave o debate no Congresso:

—O camelo nasceu de uma comissão que era para fazer um cavalo. Deram tanto palpite que veio esse bicho todo esquisito. Quando você não quer fazer uma coisa, você monta uma comissão.

Veículo: O Globo	Online
Data: 26/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Votação adiada pode custar R\$ 153 bi à reforma

Aumentam pressões por mudanças em abono, imposto e aposentadoria especial



Mudanças. Agência da Previdência Social na Zona Norte do Rio: governo vai designar uma tropa de choque para acompanhar votação da reforma na semana que vem e evitar que texto seja desidratado

O adiamento em uma semana da votação da reforma da Previdência pelo Senado, na reta final da tramitação da matéria no Congresso, deu brecha a lobbies do setor privado e pressões dos partidos de oposição que podem desidratar a proposta aprovada na Câmara dos Deputados. O governo admite a preocupação e vai designar uma tropa de choque de técnicos para acompanhar essas movimentações. As mudanças têm potencial de reduzir o impacto fiscal em cerca de R\$ 153,2 bilhões em dez anos, o equivalente a 17% da economia prevista de R\$ 876,7 bilhões.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) está atuando para retirar do texto o aumento de 5% na alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o que reduziria o ganho fiscal da reforma em R\$ 19,2 bilhões em dez anos. Já os partidos da oposição (PT, PROS, Rede, PDT, PSB e Cidadania) vão tentar derrubar pelo menos dois dispositivos: um que trata do abono salarial e prevê uma economia de R\$ 76,4 bilhões em uma década e outro que fixa idade mínima para trabalhadores que lidam com atividades prejudiciais à saúde (aposentadorias especiais), cujo impacto estimado é de R\$ 57,6 bilhões.

Todas as bancadas partidárias do Senado têm direito a apresentar um destaque para modificar o texto principal no plenário, sendo que MDB e Podemos, por serem as maiores, poderão sugerir duas propostas. O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), acredita que há chances de aprovação dos dispositivos da oposição, pois eles já foram apresentados na CCJ, e o governo ganhou por pouco:

— Já definimos dois pontos para destacar, o abono salarial e as aposentadorias especiais. Acreditamos que temos chances de vitória —disse Costa.

Os blocos PT/PROS e da Minoria no Senado querem negociar com outros partidos a possibilidade de propor três destaques cada um. Em contrapartida, a oposição se comprometeria a não obstruir a votação.

Entre os demais destaques previstos, está um para retirar do texto principal as regras que reduzem o valor do benefício, que passará a ser calculado com base na média de todas as contribuições e não só das 80% maiores, como é hoje. Querem ainda mudar o valor da pensão, que deixará de ser integral, caindo a 60%, mais 10% por dependente. Também faz parte do cardápio da oposição derrubar o pedágio de 100% para os servidores que ingressaram na carreira até 2003.

Os pontos que mais preocupam o governo são o abono salarial e as aposentadorias especiais. Os demais, na avaliação de integrantes da equipe econômica, não oferecem risco, pois foram muito discutidos e rejeitados nas votações anteriores.

No caso da majoração da CSLL, o governo deverá se manter neutro, pois ela não fazia parte do texto enviado pelo Executivo e foi incluída pelo relator da proposta na Câmara, Samuel Moreira(PSD B SP), como alternativa de receita para compensar as perdas.

Procurada, a Febraban não quis se manifestar. A alíquota da CSLL está atualmente em 15%. A entidade já se manifestou publicamente alertando que o alto custo do crédito no país tem entre suas causas o peso dos impostos. Ela reclama ainda que o sistema seria discriminatório, pois a CSLL para os demais setores é de 9%.

Uma tropa de choque da Secretaria de Previdência foi acionada para participar da votação, prevista para terça-feira, da última versão do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) na CCJ e em primeiro turno no plenário para tentar evitar que o texto seja desidratado. Esse grupo será formado pelo secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho; pelo secretário de Previdência, Leonardo Rolim; e por auxiliares.

SEM CORRER RISCOS

Na apreciação da matéria no plenário, a equipe econômica também vai pedir ao partido do governo, o PSL, para apresenta rum destaque afim der e incluir no texto o critério para a concessão do Benefício de Prestação Continuada(B PC), que é renda per capita de um quarto do salário mínimo. O objetivo é reduzir as despesas com sentenças judiciais, o que representaria uma economia de R\$ 23,4 bilhões em dez anos.

Se, por um lado, o adiamento da votação ressuscita lobbies, por outro, integrantes da equipe econômica consideram que o prazo maior acabou sendo positivo, pois o clima no Senado azedou após a busca e apreensão no gabinete do líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), na semana passada. Segundo interlocutores, é importante não correr riscos, apesar de haver consenso sobre a necessidade de aprovara reforma. A matéria precisa ter o aval de 49 dos 81 senadores, em dois turnos de votação.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEMAP), que decidiu com os líderes adiar a votação da reforma para a próxima semana, declarou que o cronograma está mantido. Por ele, o Senado concluirá a tramitação da proposta ainda na primeira quinzena de outubro, para que ela seja promulgada pelas duas Casas em seguida.

Já a chamada PEC paralela, desmembrada do texto principal e que busca inclui restados e municípios na reforma, além de fazer outras modificações, ainda precisa tramitar no Senado e na Câmara e não tem prazo para votação.

Quadro de servidores cresce 3,4% em Estados e municípios em 2018

Avanço no total de servidores foi três vezes maior que o crescimento da população no período

Por **Bruno Villas Bôas** — Do Rio

26/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

Apesar da crise fiscal de governos estaduais e prefeituras, o pessoal ocupado nas administrações públicas direta e indireta das duas esferas cresceu 3,4% de 2017 para 2018, passando de 9,34 milhões de pessoas para 9,66 milhões, segundo as pesquisas de Informações Básicas Municipais (Munic) e Estaduais (Estadic) divulgadas ontem pelo IBGE.

Esse avanço do total de servidores, que não inclui as estatísticas federais, foi três vezes maior do que o crescimento da população no período. O país tinha 208,5 milhões de habitantes em 1º de julho de 2018, 0,82% a mais que no mesmo dia do ano anterior.



Na esfera estadual, o total de pessoal cresceu de 3,02 milhões em 2017 para 3,13 milhões em 2018, aumento de 3,7%. Esse avanço foi concentrado nos trabalhadores sem vínculo, que cresceram 41% de um ano para o outro, o correspondente a 413 mil pessoas a mais.

Vânia Pacheco, gerente das pesquisas, disse que a variação pode estar ligada ao ciclo eleitoral, assim como à simples falta de pessoal no setor público. “São pessoas que podem ter sido contratadas temporariamente em 2018 e que estarão fora do setor público em 2019”, disse.

O avanço é semelhante nos municípios. O número de ocupados nas administrações direta e indireta municipais foi de 6,5 milhões em 2018, 3,2% acima do ano anterior (6,3 milhões). A maior parte estava na administração direta, na condição de estatutários (62,2% do total).

A pressão orçamentária sobre os governos estaduais afetou, porém, o setor de cultura. O número de unidades com centro cultural sob gestão estadual recuaram de 23 para 20 nos últimos quatro anos. O total de Estados com arquivos públicos estaduais caiu de 20 para 17. Museus estavam presentes em 27,2% das cidades do país em 2014, proporção que encolheu para 25,9% no ano passado.

Em paralelo, as prefeituras vêm aumentando a terceirização da gestão de estabelecimentos de saúde, como hospitais e clínicas. O número de unidades municipais sob gestão de organizações sociais cresceu de 997 em 2014 para 1.756 em 2018, incremento de 76%, no período.

Chamadas de OS, essas organizações são entidades privadas qualificadas para firmar contratos de gestão de parceria na saúde. O número de municípios com presença dessas organizações sociais cresceu no período, de 182 em 2014 para 270 em 2018. O resultado foi puxado pelo Estado de São Paulo. São 1.113 unidades sob gestão das OS no Estado, espalhadas por 123 municípios.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Os brasileiros mais ricos da história

DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Máquina grátis acima de R\$ 2 mil/mês em vendas.

SAFRAPAY

LINK PATROCINADO

Sandália de couro legítimo ideal para quem preza conforto e praticidade no dia a dia.

COMFORT SHOES

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Ali Express

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Só para você de Salvador hoje o frete é grátis !

CALÇADOS GB

Reforma tributária talvez só em 2021

Maioria dos países em que houve mudanças expressivas do sistema tributário atenuou os conflitos com o aumento de impostos

Por Nilson Teixeira

26/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Brasil precisava aprovar uma reforma da Previdência Social para evitar um colapso nas contas públicas. Até fim de outubro, essa missão terá sido cumprida. Mas isso não é suficiente. O governo tem que avançar em outras frentes para reduzir o risco fiscal, melhorar o ambiente de negócios, elevar o crescimento potencial do país, ampliar os investimentos e a produtividade, expandir o mercado de trabalho e criar condições para o país se tornar menos injusto.

A maioria dos participantes de mercado prevê que a reforma tributária será o próximo passo nesse caminho. Uma reforma abrangente precisa corrigir a regressividade do atual sistema, aumentando os impostos sobre os mais ricos. O problema é que a maior parte desse grupo não se vê como elite financeira e julga que suas vantagens fiscais são justificáveis. Essa percepção, a elevada carga de impostos e o fato de que os grupos mais privilegiados são também os mais bem organizados e influentes dificultam a eliminação de distorções.



Expectativas de que a reforma diminuirá bastante os impostos sobre bens e serviços, são irrealistas

Haverá também uma disputa entre setores. Representantes da indústria buscarão uma diminuição da sua carga tributária em termos relativos, frente à baixa incidência de impostos sobre os serviços e a agropecuária. Todavia, a probabilidade de haver esse reequilíbrio é reduzida, dada a forte influência no Congresso dos representantes desse último segmento.

Em outra frente, os Estados e municípios demandarão maior participação na arrecadação. A União, por outro lado, pleiteará que esse eventual aumento seja acompanhado pela transferência de vários gastos, hoje da responsabilidade do governo federal, para os governos regionais. Dispêndios relativos à educação e à saúde são os mais mencionados. Essa transferência faz todo sentido, mas se torna questionável quando um de seus objetivos é o de atenuar restrições impostas pela regra do teto dos gastos sobre o governo federal.

Os conflitos entre os próprios entes da federação não serão menores. A definição da nova partilha de impostos entre os Estados em que ocorre a produção de bens e aqueles em que acontece o seu consumo é controversa. Apesar do acordo recente entre os secretários de Fazenda dos Estados, os investimentos públicos e os benefícios tributários oferecidos em troca da implantação de empresas em suas áreas estimularam a guerra fiscal, cuja reversão exigirá prazos dilatados até o fim de seus efeitos.

Os entes federativos geralmente exigem compensação financeira para o caso de perda de arrecadação com a implementação de um novo código tributário. A maioria dos países em que houve mudanças expressivas do sistema tributário atenuou os conflitos com o aumento de impostos. Esse tende a ser o resultado também no Brasil. Expectativas de que a reforma diminuirá enormemente os

impostos incidentes sobre bens e serviços, e que isso estimulará a atividade, são completamente irrealistas, ainda mais à luz do expressivo déficit primário do setor público.

Uma reforma tributária ampla precisa ser acompanhada da reavaliação de renúncias de impostos e contribuições que superam 4% do PIB. Essa revisão tem que garantir a manutenção apenas dos gastos tributários que comprovem que seus benefícios sejam muito superiores às perdas financeiras incorridas. A reforma não pode assumir a manutenção desses privilégios sem um debate profundo.

Seria um erro iniciar uma reforma mantendo renúncias tributárias como, por exemplo, as do Simples (R\$ 83 bilhões), as da Zona Franca de Manaus (R\$ 23 bilhões) e as dos abatimentos no IRPF para a saúde (R\$ 17,2 bilhões) e a educação (R\$ 4,7 bilhões). O corte dessas renúncias reduziria a regressividade do sistema, pois a maioria delas foi obtida por grupos de interesse influentes e que não ofereceram nenhuma quantificação robusta sobre seus benefícios.

A predisposição da população e de seus representantes no Congresso de aceitar a alta de impostos em troca de um sistema tributário mais simples e equânime é reduzida. Assim como a reforma previdenciária, uma profunda reforma tributária também exigirá um amplo debate no parlamento e na sociedade. A reversão dessa rejeição demandará esforço do governo, apesar de o tema já estar sendo debatido desde meados da década passada.

O prazo para aprovação de um ajuste dessa magnitude é incerto, ainda mais com o término do período de lua de mel do governo com o Congresso. O declínio da taxa de aprovação do presidente Jair Bolsonaro e as eleições municipais no próximo ano tendem a dificultar ainda mais a evolução das discussões, contribuindo para que a votação nas casas legislativas venha a ocorrer talvez só em 2021.

Apesar de a urgência desse debate ser óbvia, só mais recentemente houve maior direcionamento da discussão. Mesmo assim, não é claro qual será o eixo central das discussões, pois há duas propostas no Congresso: uma em tramitação no Senado - inspirada na proposta do Centro de Cidadania Fiscal - e outra em tramitação na Câmara dos Deputados - iniciada sob a relatoria do ex-deputado Luiz Carlos Hauly. Essas versões tendem a perder relevância com a apresentação do projeto do governo nos próximos meses. A desistência da equipe econômica de reintroduzir a

CPMF está exigindo, provavelmente, uma reestruturação da sua proposta, o que tende a postergar sua divulgação.

Em suma, a discussão sobre a reforma tributária seguirá um longo trajeto antes de sua votação no Congresso. É muito otimismo assumir sua aprovação neste ano e mesmo no 1º semestre de 2020. Para que isso ocorra em um prazo mais curto, será preciso que o governo agilize a apresentação do seu projeto e que o presidente se envolva diretamente no convencimento da população e de seus representantes. Esse empenho terá que envolver a construção de um grande acordo com os governadores, prefeitos das principais cidades e, principalmente, parlamentares.

Sem esse esforço e na ausência de um amplo debate envolvendo toda a sociedade, a Reforma Tributária dificilmente terá a magnitude necessária para pavimentar o caminho na direção de um Brasil melhor.

Nilson Teixeira é sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia e escreve quinzenalmente neste espaço

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Máquina grátis acima de R\$ 2 mil/mês em vendas.

SAFRAPAY

LINK PATROCINADO

Sandália de couro legítimo ideal para quem preza conforto e praticidade no dia a dia.

COMFORT SHOES

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Ali Express

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Só hoje tem frete grátis para Salvador !

CALÇADOS GB

LINK PATROCINADO

Congresso tem chance histórica de reaver controle do Orçamento, diz Paulo Guedes

Ministro defende Conselho para melhorar poder de manobra do gasto público

Por **Lu Aiko Otta e Edna Simão** — De Brasília

26/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

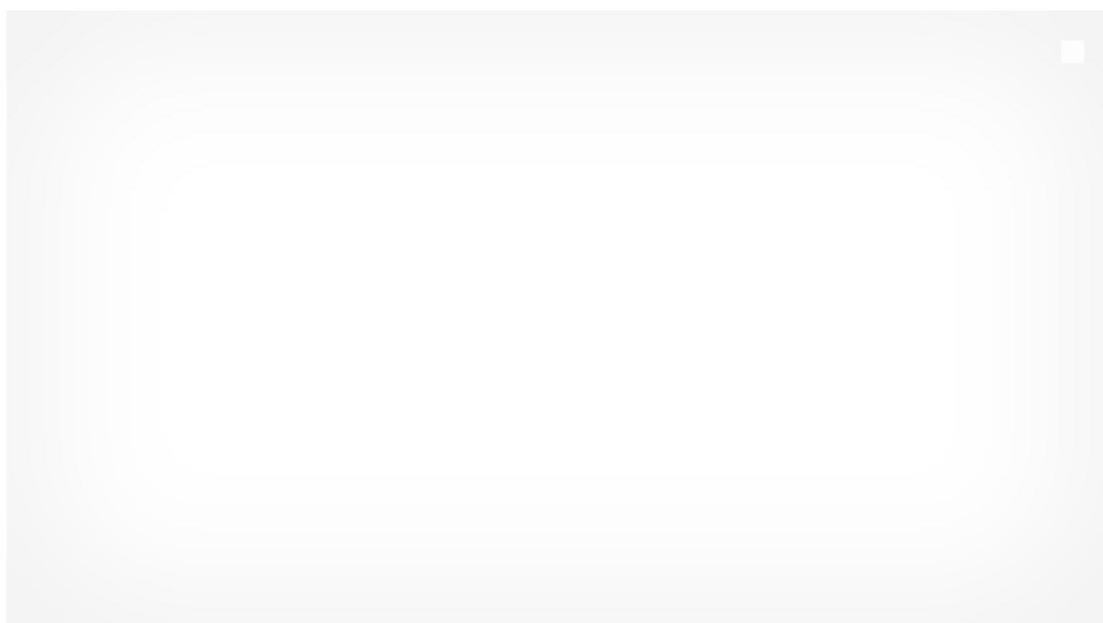


Guedes, falando na Comissão Mista de Orçamento: os economistas do governo são hoje “escravos de constituintes defuntos” — Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Diante de um quadro no qual deputados e senadores opinam sobre apenas 6% do Orçamento federal devido aos elevados e crescentes gastos obrigatórios, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ofereceu ontem aos parlamentares uma oportunidade “histórica”: de elevar a parte manobrável do gasto público, a partir de um novo pacto federativo. Essa redefinição de responsabilidades teria também a participação do Judiciário e dos tribunais de contas, por meio do Conselho Fiscal da República.

A discussão, na Comissão Mista de Orçamento, foi prematuramente encerrada por um bate-boca entre Guedes e o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), que interrompeu várias vezes a fala do ministro. O presidente da Comissão, Marcelo Castro (MDB-PI), encerrou a sessão às 17h10. A previsão era que ela se estendesse até 21h.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Apesar do término tumultuado, a equipe econômica saiu otimista da Câmara. Após a audiência, Guedes se reuniu com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e teria conseguido, segundo fonte da área econômica, o apoio de parlamentares para aprovação de pautas econômicas prioritária: reforma da Previdência, pacto federativo - primeira parte focada em apoio de parte da Proposta de Emenda à Constituição 438, que aciona gatilhos para cumprimento da “regra de ouro”.

Além disso, está na agenda aprovação do projeto de lei complementar que trata do Plano de Equilíbrio Financeiro, mais conhecido como Plano Mansueto, que prevê

socorro federal aos Estados em troca de contrapartidas. A reforma tributária, que o ministro pretende encaminhar ao Congresso semana que vem, também está entre as prioridades, assim como a aprovação de projetos de autonomia do Banco Central e para viabilizar a privatização da Eletrobras, a reforma administrativa e a cessão onerosa.

Na audiência pública, a proposta de Guedes já teve a bênção do presidente da Câmara, que participou por alguns minutos da reunião, sentado ao lado do ministro. Em breve discurso, Maia disse que, sem reformas, o Congresso vai apenas convalidar o pagamento do custeio da máquina pública e que a indexação afeta 80% do Orçamento.

Tomando emprestada expressão usada em artigo pelo ex-ministro Delfim Netto, Guedes afirmou aos parlamentares que os economistas do governo são hoje “escravos de constituintes defuntos”. Em 1988, disse o ministro, os congressistas tomaram a decisão “sábia” de carimbar recursos do Orçamento a áreas como saúde e educação. Na época, o Brasil saía de um modelo centralizado, de dirigismo estatal e desenvolvimento baseado em investimentos em infraestrutura, para um modelo descentralizado.

Mas agora, passados 30 anos, o engessamento orçamentário transformou-se num problema.

Alguns prefeitos precisam fazer gastos não prioritários em educação para cumprir os mínimos exigidos, enquanto outros não conseguem controlar o crescimento dos gastos com pessoal.

“O pacto federativo, que deve entrar pelo Senado, é ‘descarimbar’ o dinheiro. Assumir a maturidade da democracia brasileira.”

Guedes afirmou que o Orçamento federal chega a R\$ 1,5 trilhão, suficiente para atender a muitas prioridades. “Mas tenho de descarimbar, desvincular, descentralizar.” Essa proposta, que envolve alterações na Constituição, será apresentada no dia seguinte à aprovação, pelo Senado, da reforma da Previdência, segundo ele. A desindexação, disse Guedes, libera de imediato R\$ 37 bilhões. Mas, se os congressistas preferirem preservar o salário mínimo da medida, o ganho cai a

R\$ 27 bilhões. Se a educação for poupada, serão R\$ 20 bilhões. “Tira saúde? Tudo bem, cai mais um pouco. Podem examinar todas as rubricas.”

Guedes citou como exemplo a correção pela inflação de salários do funcionalismo. Houve aumentos mesmo num momento em que o Produto Interno Bruto (PIB) estava “afundando”. A opção, explicou ele aos parlamentares, é eliminar “penduricalhos dos privilegiados” para evitar, por exemplo, que as despesas com educação recuem de R\$ 23 bilhões para R\$ 21 bilhões, como previsto na proposta de Orçamento para 2020. “Não vamos deixar [a redução] acontecer.”

Ao longo dos anos, disse o ministro, o governo aumentou sua arrecadação por meio de contribuições, cujas receitas não são partilhadas com Estados e municípios. Enquanto isso, os entes subnacionais seguiram “afundando financeiramente”. O pacto proposto pelo governo pretende distribuir recursos do pré-sal de forma crescente aos Estados, retomando o espírito dos constituintes de fortalecer Estados e municípios.

Outra frente do pacto é a extinção de perto de cem dos 280 fundos existentes na administração federal. O dinheiro poderia ir para gastos discricionários, justamente a fatia do Orçamento que pode ser alterada pelo Congresso.

“Vamos botar a República funcionando de forma saudável. E o Congresso vai para história na hora que assume o desafio”, disse Guedes, que ressaltou que os políticos hoje recebem votos, “mas não têm o dinheiro para exercer seus mandatos”. Ele acrescentou que o Brasil é uma democracia “madura” e tem maturidade para decidir sobre seu Orçamento.

Uma peça importante desse novo desenho é o Conselho Fiscal da República. Ele explicou que essa instância coordena os Poderes nas decisões referentes ao gasto público. Integram o conselho: os presidentes da República, do Senado, da Câmara, do TCU e do STF.

Segundo Guedes, é importante a participação do Supremo porque muitos Estados levaram para o nível constitucional diversas discussões sobre gastos públicos. E pode tomar decisões que buscam o equilíbrio, mas podem gerar “rombo” para a União.

O pacto federativo era o item número dois da agenda de Guedes, atrás apenas da reforma da Previdência. No entanto, disse ele, o Congresso decidiu dar prioridade à reforma tributária. Por isso, o governo acelerou sua proposta, que deve ser apresentada na próxima semana.

A sessão foi encerrada quando Guedes respondia a perguntas do deputado Glauber Braga sobre ganhos de sua empresa no ramo de educação. O ministro disse que trataria apenas sobre Orçamento. “As questões que ele queira fazer de cunho interrogativo a respeito das minhas finanças pessoais ele deve procurar outro fórum. Porque eu já entreguei, quando entrei [no governo], a minha situação ao Comitê de Ética”, disse Guedes, que se confundiu e chamou o parlamentar de “Glauber Rocha”.

O deputado interrompeu por diversas vezes a fala do ministro, a ponto de ser admoestado pelo presidente da comissão. “Deputado, pelo amor de Deus!”, impacientou-se Marcelo Castro (MDB-PI). Que, em seguida, suspendeu e depois encerrou a sessão.

“Estou super tranquilo, mas o Congresso tem uma minoria mal educada que atrapalha”, comentou Guedes. “Tem uma minoria que não sabe o que é a democracia. Era minha hora de falar e ele ficou falando. Me ofendendo.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Os brasileiros mais ricos da história

DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Máquina grátis acima de R\$ 2 mil/mês em vendas.

SAFRAPAY

LINK PATROCINADO

Construção civil teme tributação maior com IVA

Atividades de incorporação, locação e corretagem também serão afetadas

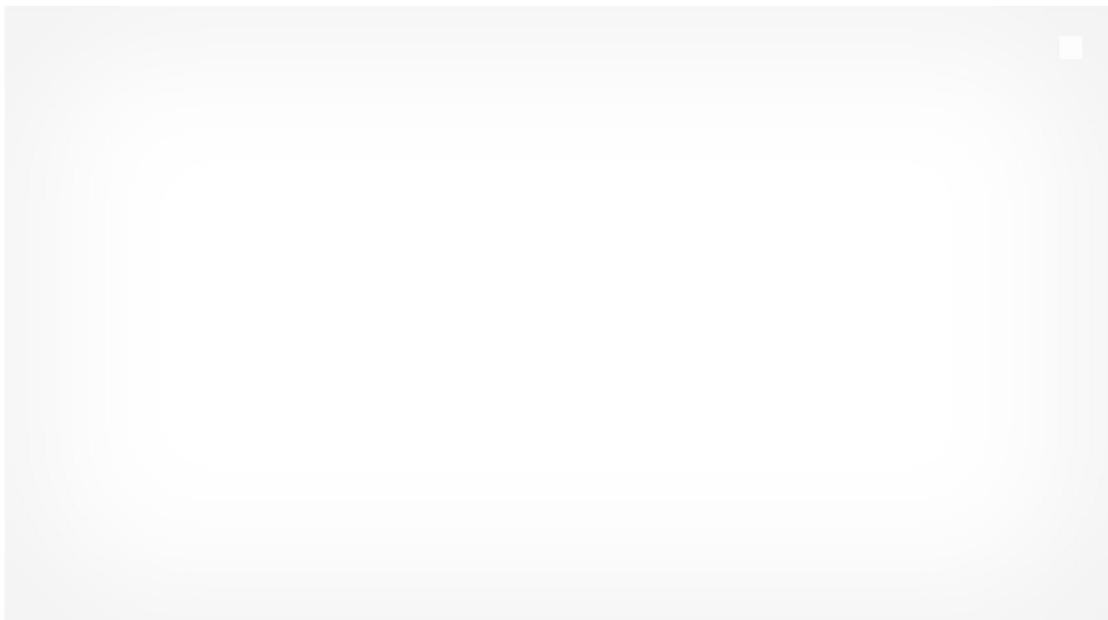
Por Marta Watanabe — De São Paulo

26/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

A unificação dos tributos sobre consumo num Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como preveem projetos no Congresso, deve elevar a carga tributária da construção, segundo entidades do setor. As atividades de incorporação, locação e corretagem também serão afetadas. Dos cinco tributos que devem ser reunidos, a construção recolhe três: PIS/Cofins de 3,65% e ISS de 2% a 5%, conforme o município. No total, paga até 8,65% da receita, ante um IVA estimado de 25%.

Construção teme que IVA gere aumento de carga e insegurança

PUBLICIDADE



“A pergunta que não está sendo feita às claras é se o Brasil quer aumento de tributos em setores como saúde, educação e moradia em troca da redução de carga para a indústria e instituições financeiras”, diz o advogado Ricardo Lacaz, que representa a Câmara Brasileira da Construção e o Secovi/SP no debate sobre a reforma tributária.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Os brasileiros mais ricos da história

DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Máquina grátis acima de R\$ 2 mil/mês em vendas.

SAFRAPAY

LINK PATROCINADO

Sandália de couro legítimo ideal para quem preza conforto e praticidade no dia a dia.

COMFORT SHOES

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Ali Express

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Ilumine sua casa sem fios e sem gastar eletricidade

LUMIMAX

LINK PATROCINADO

Só para você de Salvador hoje o frete é grátis !

CALÇADOS GB

Mais do Valor **Econômico**

Joe Biden acusa Trump de abuso de poder e pede que presidente seja responsabilizado

O ex-vice-presidente é o oponente que teria sido alvo da ação de Trump

Rabello quer novo tributo, mas sem alíquota única nem transição

Ex-presidente do BNDES propõe criação do IVA, mas proposta tem diferenças aos projetos que estão na Câmara dos Deputados e no Senado

Por **Cristian Klein** — Do Rio

26/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas



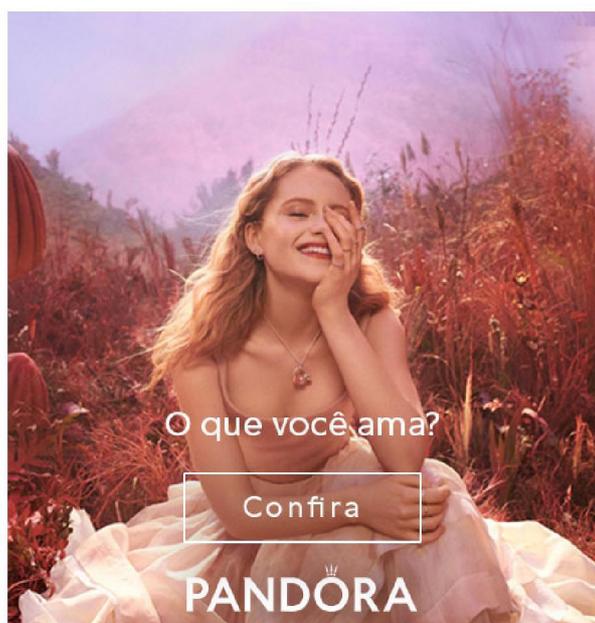


Rabello de Castro: redistribuição de recursos seria feita por sistema digitalizado — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Ex-presidente do IBGE e do BNDES, o economista Paulo Rabello de Castro, 70 anos, assiste um tanto descontente à discussão sobre a reforma tributária no Congresso, assunto ao qual se dedica há décadas e tem propostas que considera “fora da caixa”. Diante dos dois projetos que estão sendo analisados pelo Legislativo - e aos quais tem críticas - ele espera influir no debate, de modo mais decisivo, na proposta que deve ser apresentada pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes - um ex-doutorando, como ele, da Universidade de Chicago, onde se conheceram no início dos anos 1970. Na semana passada, Rabello de Castro encontrou Guedes e lhe apresentou as propostas em nome de seu Instituto Atlântico.

É um corpo de ideias que, em sua opinião, daria uma guinada nos rumos da reforma tributária. Há sugestões bastante diferentes tanto em relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que tramita na Câmara, quanto à PEC 110/2019, do Senado. A simplificação seria semelhante e unificaria seis tributos - quatro federais (IPI, PIS, Cofins e CSLL); o ICMS, estadual; e o ISS, municipal - num imposto de valor agregado (IVA). Mas Rabello de Castro defende, além da alíquota única, a introdução de duas alíquotas acima, para sobretaxar produtos como bebidas e cigarros - o que dispensaria a criação de um imposto seletivo - e duas abaixo da alíquota-padrão, para desonerar, por exemplo, alimentos e medicamentos. Pela proposta, o novo modelo entraria em vigor de forma imediata, sem a transição de até dez anos, prevista na PEC da Câmara, cujo texto-base é do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), que tem o economista Bernard Appy como um dos diretores, e a do Senado, de autoria do ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Entre as principais ressalvas que faz às propostas, o economista cita o que seria a ausência de um teste sobre os efeitos do novo modelo. Rabello de Castro diz que, de acordo com seu projeto, há uma simulação pela qual é possível garantir a neutralidade da arrecadação, motivo de preocupação de Estados e municípios que temem perder receitas. “Nessa simulação, a gente mostra, com prova, que todos podem sair na mesma posição de 2018 como se fossem os tributos antigos. Logo, não precisa de um, cinco ou dez anos de transição para implementar algo que já teve simulação”, afirma.

Os entes federativos receberiam a mesma proporção a que tem direito hoje por meio de um coeficiente, uma espécie de URV (unidade real de valor, usada no Plano Real), e da “parte mais inovadora” de sua proposta, a criação da chamada Onda - Operadora Nacional de Distribuição da Arrecadação. É um órgão semelhante, diz, ao que a Rússia implementou num sistema digitalizado e em tempo real, pelo qual a autoridade central recebe os recibos fiscais de São Petersburgo a Vladivostok em 90 segundos.

A Onda, como uma máquina programada previamente, substituiria a proposta de redistribuir os tributos por meio de um comitê gestor nacional, que se reuniria para deliberar e votar. “Isso vai dar dissenso, briga. Precisamos de uma operadora, que nem o sistema elétrico. É um conceito diferente, não é chamar um grupo de pessoas”, diz. Com o órgão, afirma, “cada Estado e cada município receberá às 17h30, na conta bancária da secretaria da Fazenda local, o produto de sua participação” na arrecadação, acabando com o “pires na mão”. Em contraste, aponta, a proposta da Câmara prevê que o comitê gestor faça a liquidação das posições mensalmente. “Quem e por que vai reter, por um mês, o produto dessa arrecadação? No futuro poderá haver liquidações até instantâneas, mas agora já seria possível, pelo menos, uma por dia, como acontece com os títulos públicos. Seria uma revolução administrativa para todos Estados e municípios, que ficam dependendo de quem manda ou não manda o dinheiro”, diz.

Outro ponto central na crítica de Rabello de Castro é quanto ao gradualismo dos projetos da Câmara e do Senado. Uma das consequências negativas da transição, que chegaria a dez anos, seria a coexistência do novo imposto - denominado nas propostas em tramitação de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - com aqueles que ele viria a substituir, afirma ele. Pela PEC da Câmara, o IBS unificaria cinco impostos - IPI, PIS, Cofins, além de ICMS e ISS. A proposta no Senado prevê o IVA dual, pelo qual conviveriam um IVA federal, com a fusão dos tributos recolhidos hoje pela União, e o IVA de Estados e municípios, reunindo ICMS e ISS. Para o economista, em vez de promover a simplificação tributária, a reforma, no curto e médio prazos, aumentaria a complexidade, burocracia e custos do sistema, ao introduzir o IBS e o imposto

seletivo. E ainda haveria o risco, aponta, de que um presidente trabalhasse, no futuro, para manter o IBS, sem eliminar os antigos - os quais chama de “tributos-zumbis”.

Para Rabello de Castro, o “purismo” da alíquota-padrão, de todo modo, já seria responsável “por mais um viés de aumento de carga tributária”, de resto já esperado com a introdução da reforma. Em sua opinião, sem as faixas de alíquotas superiores e inferiores, os preços relativos vão mudar, e o consumidor pode ver mais vantagem em comprar “um perfume do que um quilo de feijão”.

O expediente de se oferecer cheques de compensação pelo aumento tributário aos mais pobres é criticada pelo economista, que vê dificuldade de se encontrar os reais beneficiários, a não ser por “uma burocracia enlouquecida”. A identificação dos consumidores mais pobres seria arbitrária, diz.

Para ele, todos os estudos mostram que o sistema tributário brasileiro é regressivo - “Jorge Paulo Lemann paga relativamente, muito, muito, muito menos imposto do que seu Manuel que está pendurado ali no andaime” - mas a solução para o problema seria reduzir a alíquota do imposto sobre consumo e aumentar a carga tributária sobre o imposto de renda.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 26/09/2019	Coluna: Economia



“SEM PACTO FEDERATIVO, ORÇAMENTO CONTINUARÁ APERTADO”, DIZ GUEDES



26 Setembro, 2019

Com R\$ 89,1 bilhões em despesas discricionárias (não obrigatórias), o Orçamento de 2020 traz um alerta, disse hoje (25), o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, se a reforma do pacto federativo, que desvincula recursos federais e aumenta a partilha da União com estados e municípios, não for aprovada, serviços públicos correm o risco de serem paralisados a partir do próximo ano.

“O Orçamento de 2020 prevê déficit [primário] de R\$ 124 bilhões, um pouco melhor que neste ano [déficit de R\$ 139 bilhões]. As despesas discricionárias para o ano que vem estão em R\$ 89 bilhões. Esse volume mostra que vamos manter o nível de aperto no governo federal pelo segundo ano seguido. As previsões são dramáticas, não apenas para o governo federal, mas também para estados e municípios, se a classe política não recuperar o controle do Orçamento”, disse Guedes.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), visitou brevemente a audiência, e sentou-se à mesa com Guedes. Ele disse que a desvinculação do Orçamento representa um passo importante para reduzir o tamanho do Estado e devolver o controle das verbas à classe política. “Todos que estamos na política temos que refletir muito sobre a peça orçamentária do próximo ano. Deixa clara a sinalização de que ou nós reformamos o Estado ou estaremos aqui apenas validando o pagamento de pessoal e custeio da máquina pública, sem capacidade de investimento”, alertou Maia.

Para o presidente da Câmara, o Orçamento público tornou-se uma peça de ficção, que atende a frações privilegiadas da sociedade. Ao mesmo tempo, ressaltou Maia, os gastos públicos aumentam de forma descontrolada, enquanto a maior parte da população tem acesso insuficiente a serviços públicos e empresários conseguem R\$ 400 bilhões em subsídios e em incentivos fiscais.

“Fizemos um Orçamento que atende à cúpula do serviço público, algumas grandes empresas que conseguiram R\$ 400 bilhões em incentivos fiscais, e nós, que representamos a população, não conseguimos atender à sociedade brasileira. São essas reformas que defendemos, com algumas divergências”, disse Maia. “Tenho certeza que o objetivo final de todos é o mesmo: é que o Parlamento possa transformar o Brasil, reduzir pobreza, reduzir desigualdade e garantir crescimento econômico com geração de empregos.”(TB)

AGOSTO

Emprego formal cria 121 mil vagas

EDUARDO RODRIGUES

Estadão Conteúdo, Brasília

O mercado de trabalho registrou abertura de vagas com carteira assinada pelo quinto mês consecutivo. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério da Economia, foram criados 121.387 empregos formais em agosto, o melhor resultado para o mês desde 2013.

O resultado foi melhor que mediana das expectativas do mercado que, segundo o Projeções Broadcast, era positiva em 98.881 vagas. O dado também superou expressivamente o desempenho do mesmo mês do ano passado, quando houve abertura de 110.431 postos de trabalho.

O saldo de agosto decorre de 1,382 milhão de admissões e 1,261 milhão de demissões. O resultado positivo no mês foi puxado pelo setor de serviços, que gerou 61.730 postos formais, principalmente nos segmentos de ensino e administração de imóveis. O segundo melhor resultado foi do comércio, que abriu 23.626 vagas de trabalho, sendo quase todas no varejo.

Também tiveram saldo positivo no mês a indústria de transformação (19.517 postos), com destaque para o beneficiamento de alimen-



Rafael Neddermeyer / Fotos Públicas

Novos postos com carteira assinada: saldo positivo pelo quinto mês consecutivo

O resultado de vagas formais criadas divulgado ontem pelo Caged é o melhor para o mês desde 2013

tos e bebidas, e a construção civil (17.306 postos), impulsionada pela construção de edifícios. Na sequência, aparecem a administração pública (1.391 postos) e o setor de extração mineral (1.235 postos).

Já a agricultura fechou 3.341 vagas em agosto, devido às demissões líquidas no cultivo do café, enquanto os serviços industriais de utilidade pública tiveram fe-

chamento líquido de 77 vagas no mês.

Nota

"Na condição de indicador antecedente, o Caged sinaliza a recuperação gradativa do emprego e do crescimento econômico, após um primeiro semestre repleto de desafios. Na nossa perspectiva, a construção civil é o melhor exemplo da consistência da retomada, com

cinco meses consecutivos de saldos positivos de emprego", avaliou, em nota, o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo.

No acumulado de janeiro a agosto de 2019, o saldo do Caged foi positivo em 593.467 vagas, o melhor desempenho para o período desde 2014, quando a abertura de vagas chegou a 751.456. No mesmo período do ano passado a criação de vagas era de 568.551. Já em 12 meses até agosto, houve abertura de 530.396 postos de trabalho.

Na avaliação da economista da 4E Consultoria Giulia Coelho os resultados do Caged podem indicar uma retomada da confiança dos agentes econômicos: "O dado veio acima das nossas expectativas e acredito que melhor também que as projeções de todo mundo. Os dados do Caged estão muito voláteis, então é difícil dizer com certeza que tem uma retomada do mercado, mas é um sinal positivo".

"Temos percebido um otimismo. Quando a gente compara com 2018, o mercado de trabalho está mais robusto, e deve ter um ganho de robustez no segundo semestre, com a liberação dos saques do FGTS", completou a economista.

COLABOROU IANDER PORCELLA

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios
Data: 26/09/2019	Página: B2

PRÉ-SAL

Governo fecha acordo com Congresso para garantir leilão

**MARIANA HAUBERT,
CAMILA TURTELLI
E IDIANA TOMAZELLI**

Estadão Conteúdo, Brasília

Acordo entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e a cúpula do Congresso fechado ontem à noite vai permitir ao governo realizar o megaleilão do pré-sal marcado para novembro, mesmo que deputados voltem a mudar a partilha entre estados e municípios dos recursos previstos.

O relator da proposta na CCJ da Câmara, deputado Áureo Ribeiro (SD-RJ), quer aumentar o percentual de 15% que o Senado definiu para os repasses às cidades. A mudança no texto poderia atrasar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o que estava preocupando a equipe econômica.

O acordo para não atrasar a realização do leilão do excedente da chamada cessão onerosa foi fechado ontem entre Guedes e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Pelo combinado, será promulgada apenas a parte do texto em que há consenso entre deputados e senadores, o que inclui a autorização para o leilão e para o pagamento de R\$ 33 bilhões da dívida da União com a Petrobras.